



MENOS DESIGUALDADE.
MAIS BRASIL

Reforma Tributária Solidária



O Projeto

Iniciado em maio de 2017, reúne mais de 40 especialistas, com o propósito de elaborar diagnóstico e apresentar proposta para a reforma tributária necessária para o Brasil

Tem a finalidade de fomentar um amplo debate para corrigir as anomalias do Sistema Tributário Brasileiro, percebidas em comparação com países capitalistas menos desiguais

*Entendendo a carga tributária
brasileira...*

O Brasil possui a maior carga tributária do mundo?

RECOMENDAR 40 COMENTAR 40



Publicado por Natan Rocha Batista

há 2 anos 166 visualizações

Não. Ao contrário do que muitas vezes é difundido, o Brasil não é o país com a maior carga tributária do mundo. Cerca de 35% do PIB Brasileiro são pagos



"Planejando e"

Home Institucional Áreas de Atuação

CONSULTORIA EMPRESARIAL

Home

Publicações

Notícias

A maior carga tributária do mundo em livro recorde

Q buscar...



A maior carga tributária do mundo em livro recorde

O Brasil é o país com maior carga tributária do mundo, segundo dados das Nações Unidas deste ano. A carga - de IPTU, ICMS, ISS e por aí fora - ocupa quase 50 mil páginas em um livro de dois metros de altura para fazê-lo, uma vez que nem as gráficas brasileiras davam conta de tanto imposto reunido no parque gráfico só para imprimir toda a legislação federal e de 5.565 municípios sobre os quase 106 municípios. Ele levou 22 anos para concluir a obra. Ele fala sobre o "custo da incerteza" que prejudica empresários e in

Notícias Imposto sobre carros no Brasil é maior do mundo, diz Anfavea

Imposto sobre carros no Brasil é maior do mundo, diz Anfavea

Segundo a associação, a carga tributária no País varia entre 48,2% e 54,8% do valor do veículo. Na Argentina são 21%

04/02/2016 - Redação / Foto: Divulgação / Fonte: iCarros



Últimas notícias



Fiat lança Toro pelo preço de



Renault Duster caro e agora p 69.490



VW SpaceFox e fica quase R\$ barata



De Fox a Duster

uro | <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/imposto-de-renda-por-que-a-c>

Material de estudos



Faculdades

UF

Tipo



Dicionário

Atualidades

Imposto de renda: Por que a carga tributária é tão alta no Brasil? COMENTE

José Renato Salatiel, Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 28/04/2010 | 13h20



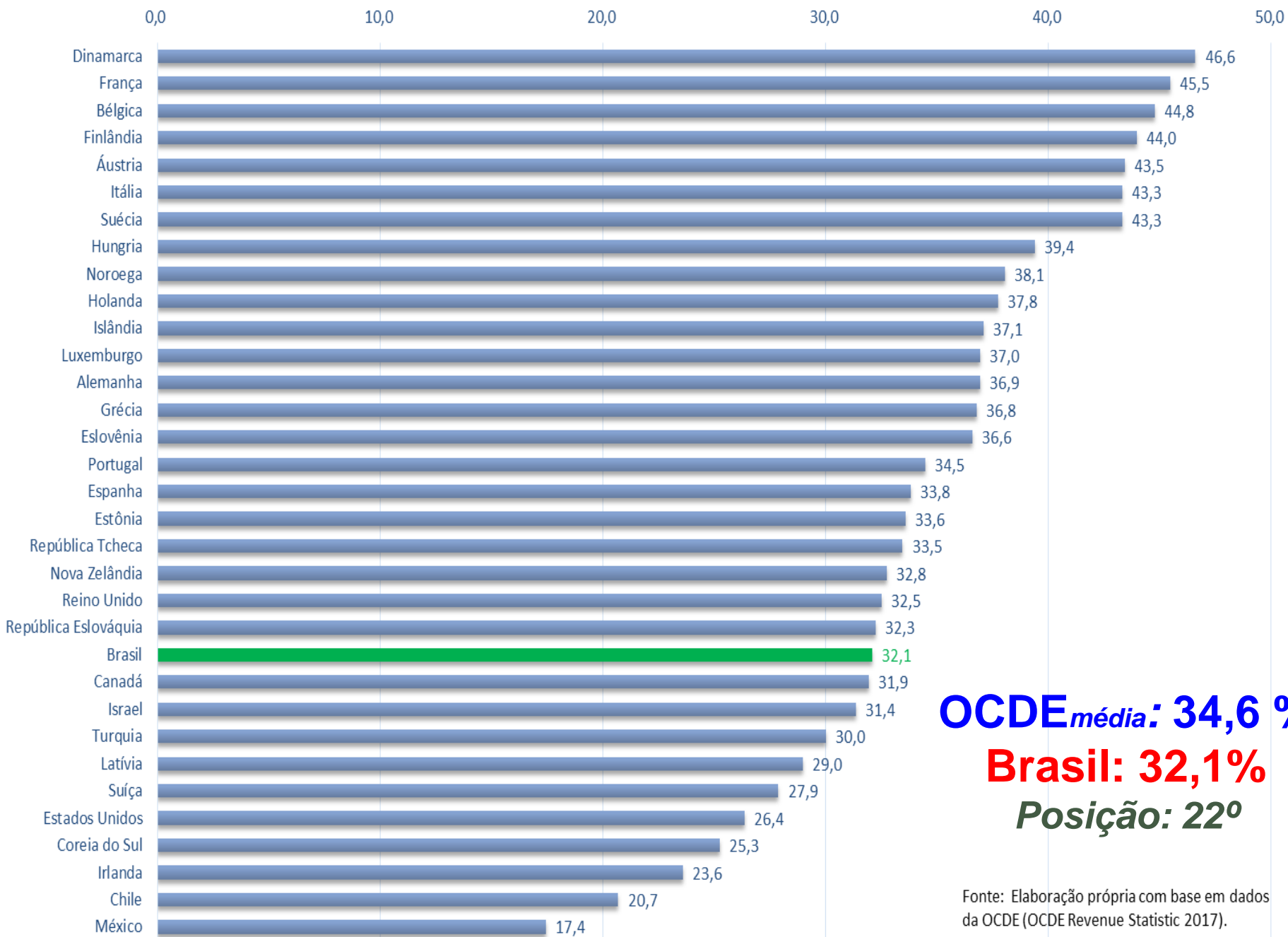
Imprimir



Comunicar erro

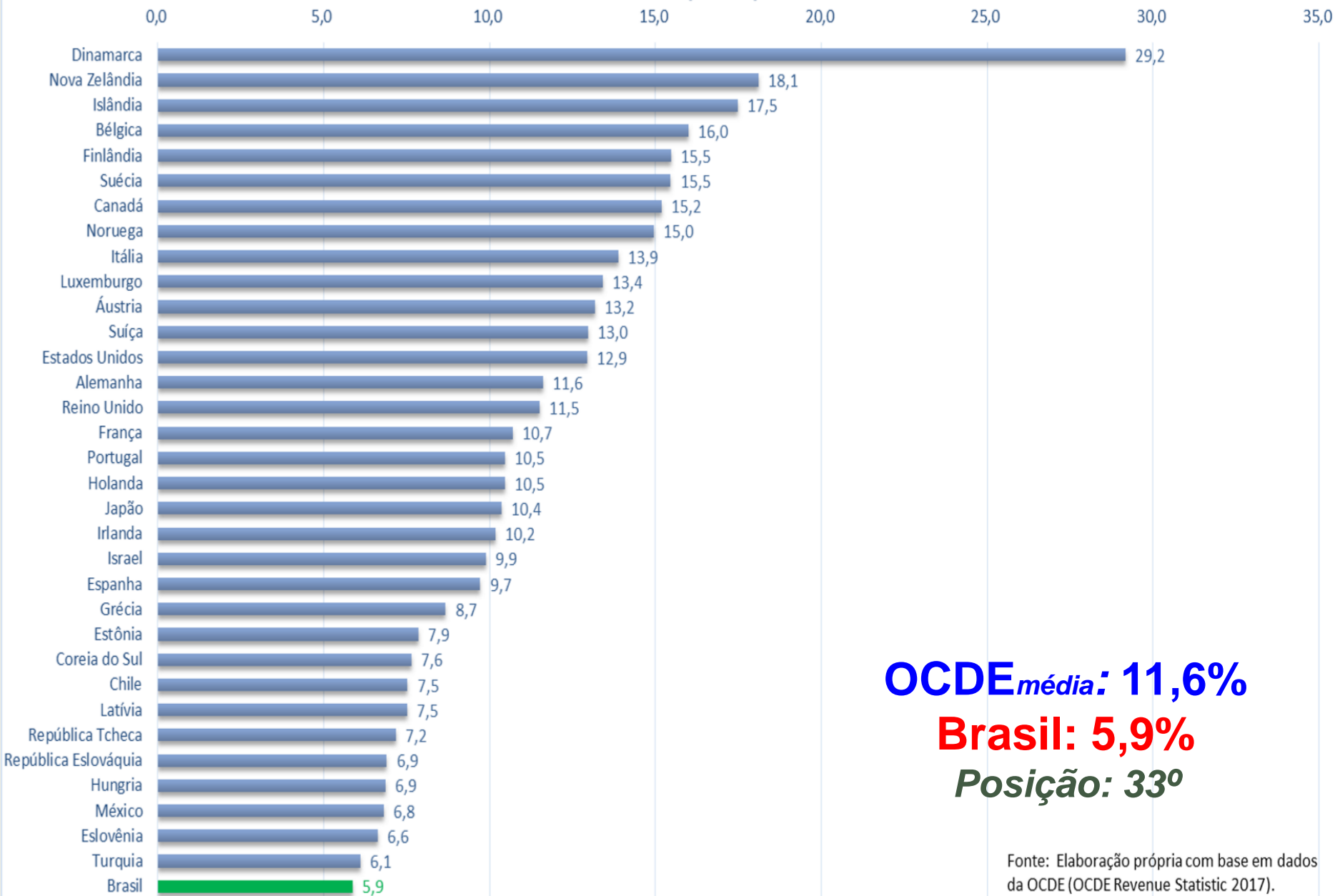
No dia 30 de abril de 2010 termina o prazo para se entregar a declaração do imposto de renda referente a 2009. Esse imposto é apenas um dos tributos que, segundo estimativas de 2007 do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), obrigam o brasileiro a trabalhar 146 dias por ano (4 meses e 26 dias) somente para sustentar o Estado.

Gráfico 03 - Carga Tributária no Brasil e nos Países da OCDE (2015)



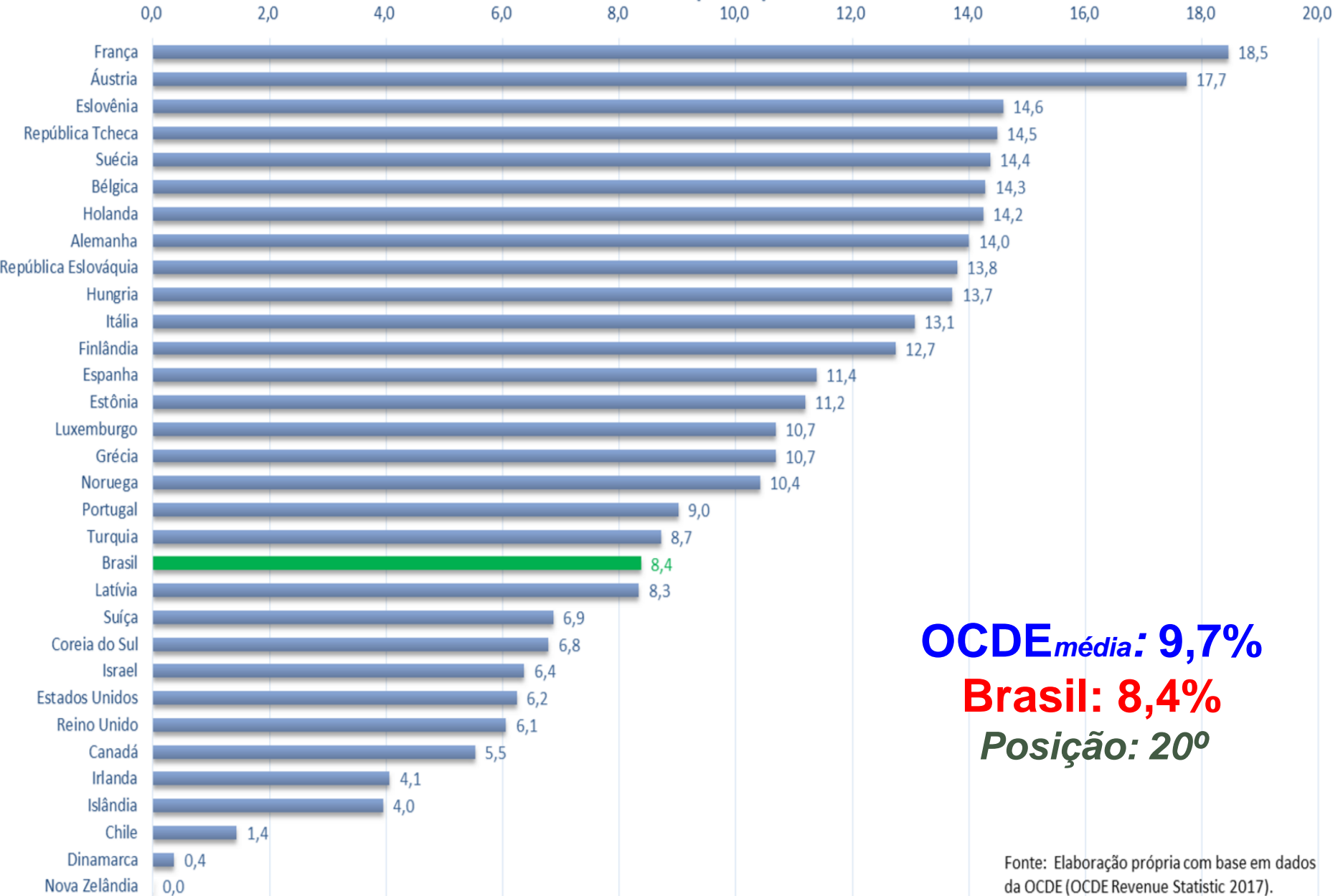
Carga tributária brasileira por base de incidência
Renda x Folha Salários x Patrimônio x Consumo
em comparação com países da OCDE.

Gráfico 04 - Carga Tributária sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital - Brasil e Países da OCDE (2015)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

Gráfico 05 - Carga Tributária sobre a Folha de Salários (Inclui Previdência) - Brasil e Países da OCDE (2015)



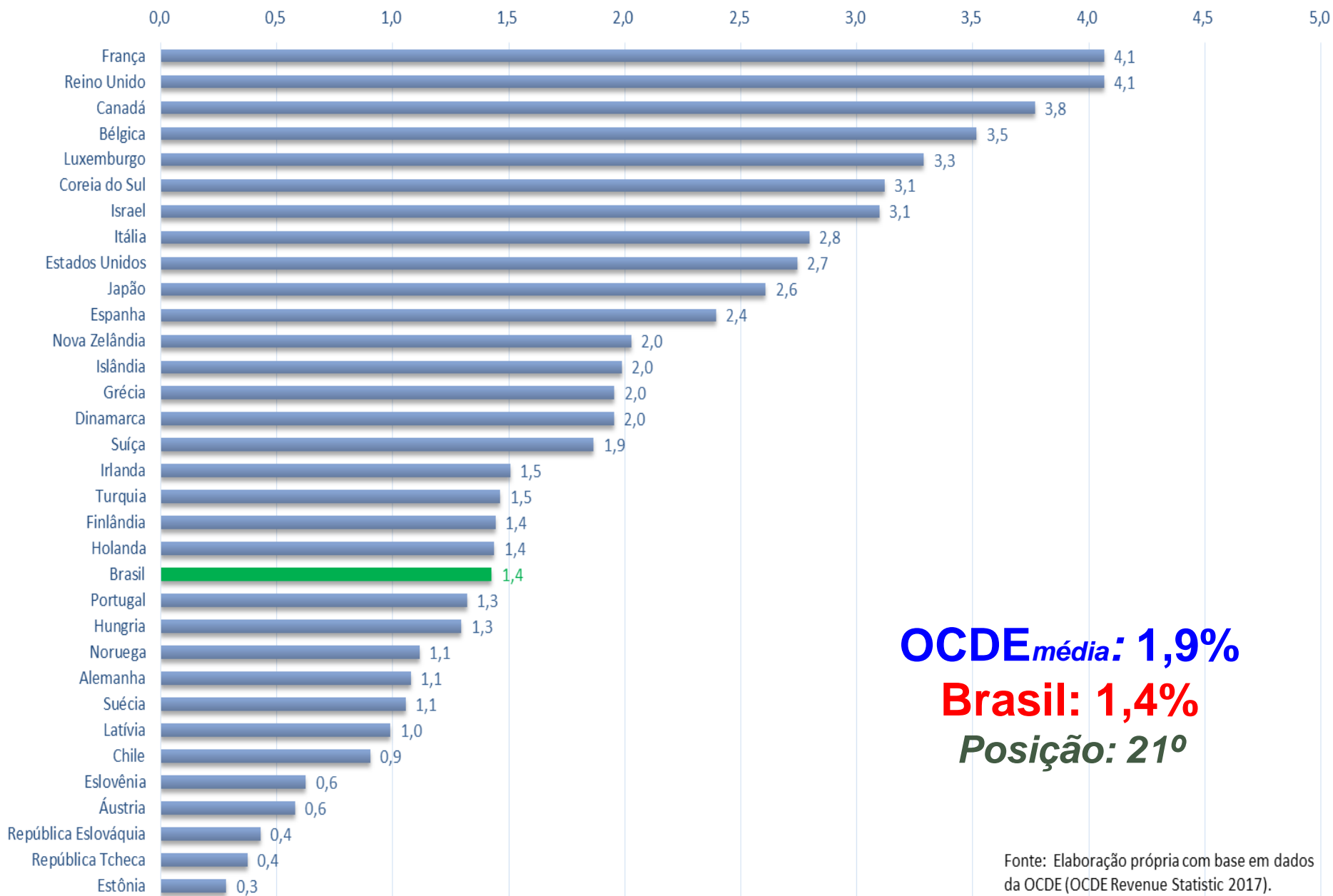
OCDE média: 9,7%

Brasil: 8,4%

Posição: 20º

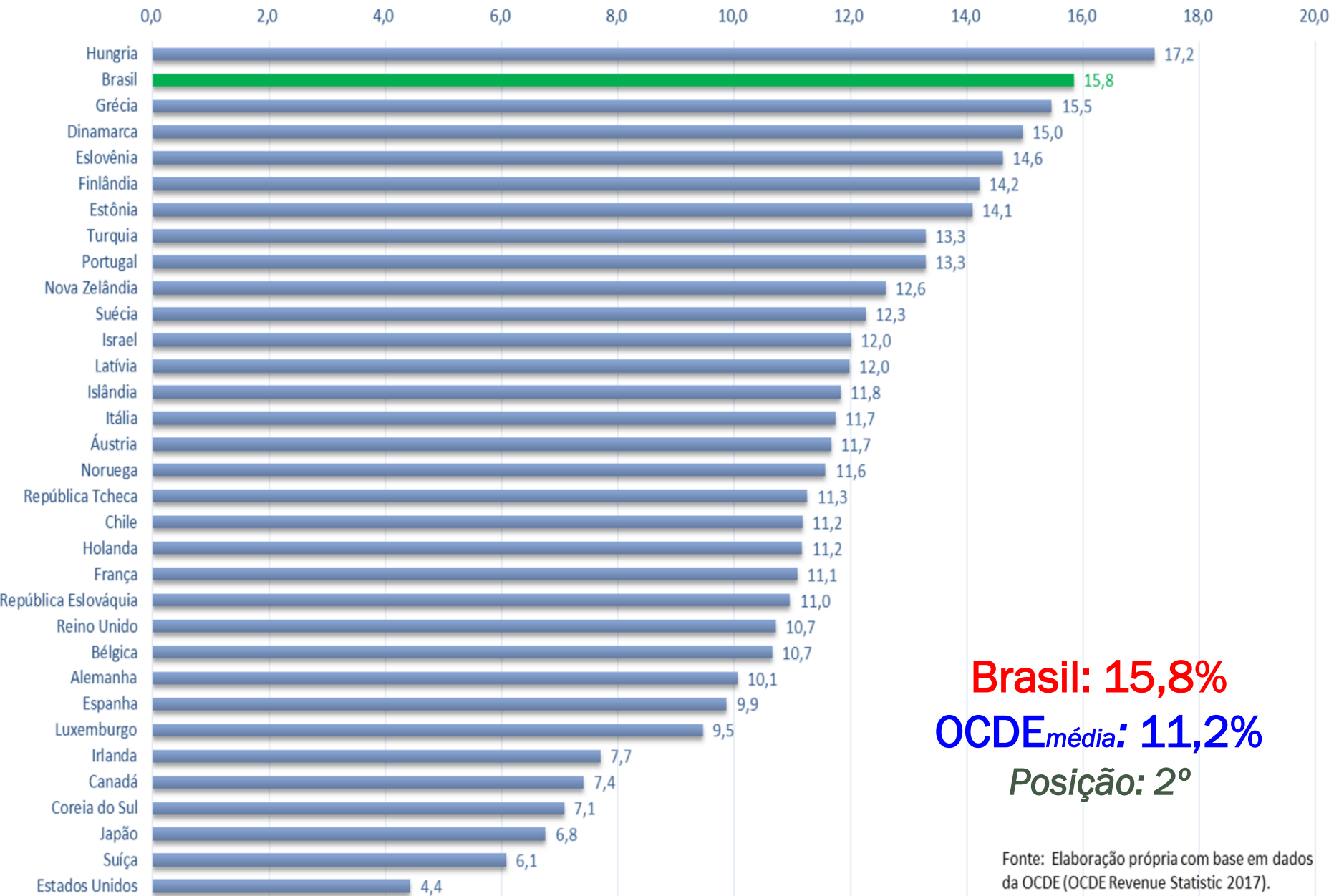
Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

Gráfico 06 - Carga Tributária sobre a Propriedade - Brasil e Países da OCDE (2015)



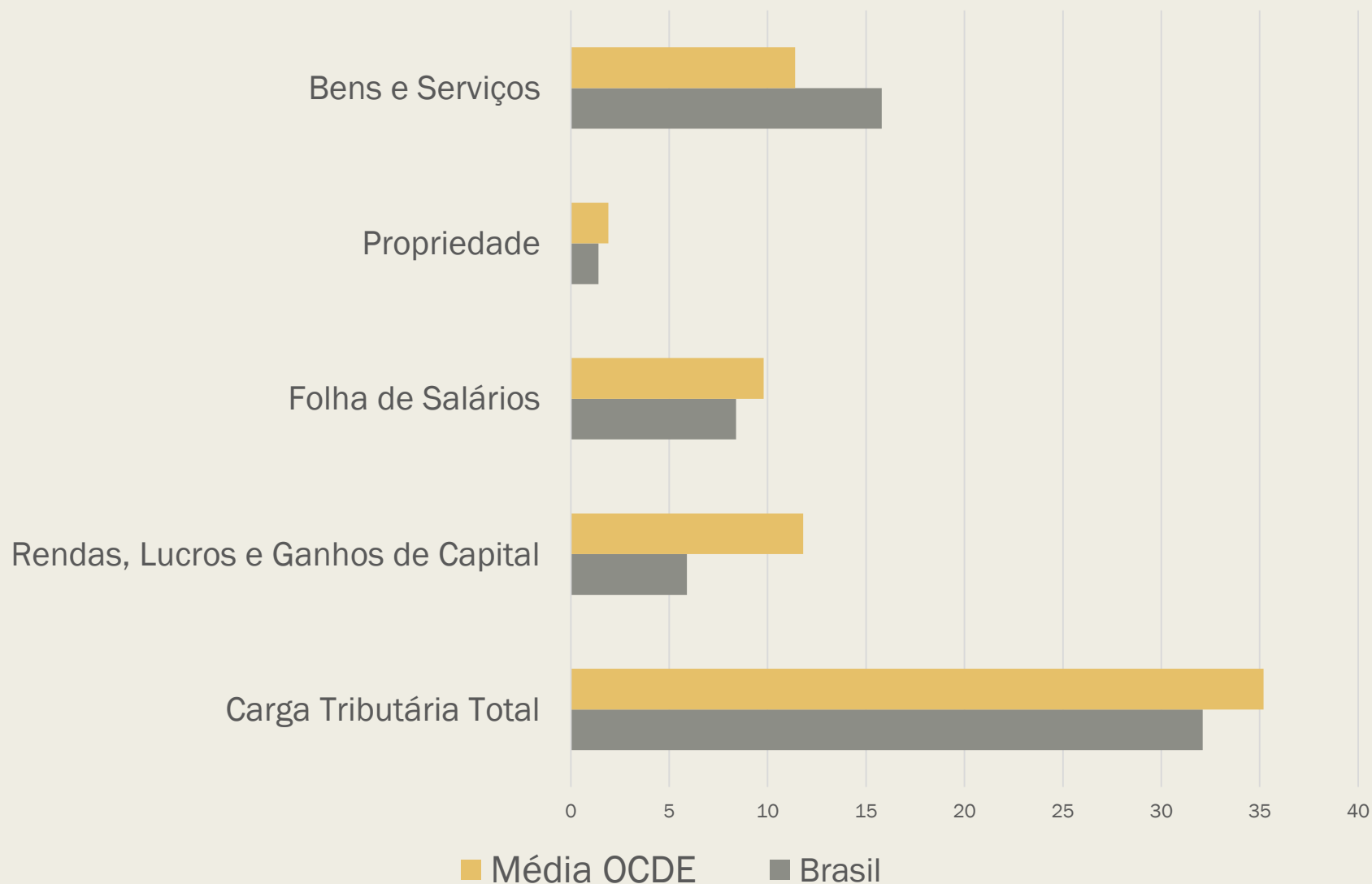
Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

Gráfico 07 - Carga Tributária sobre Bens e Serviços - Brasil e Países da OCDE (2015)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2017).

Carga Tributária - Brasil x OCDE ⁽¹⁾ (2015)

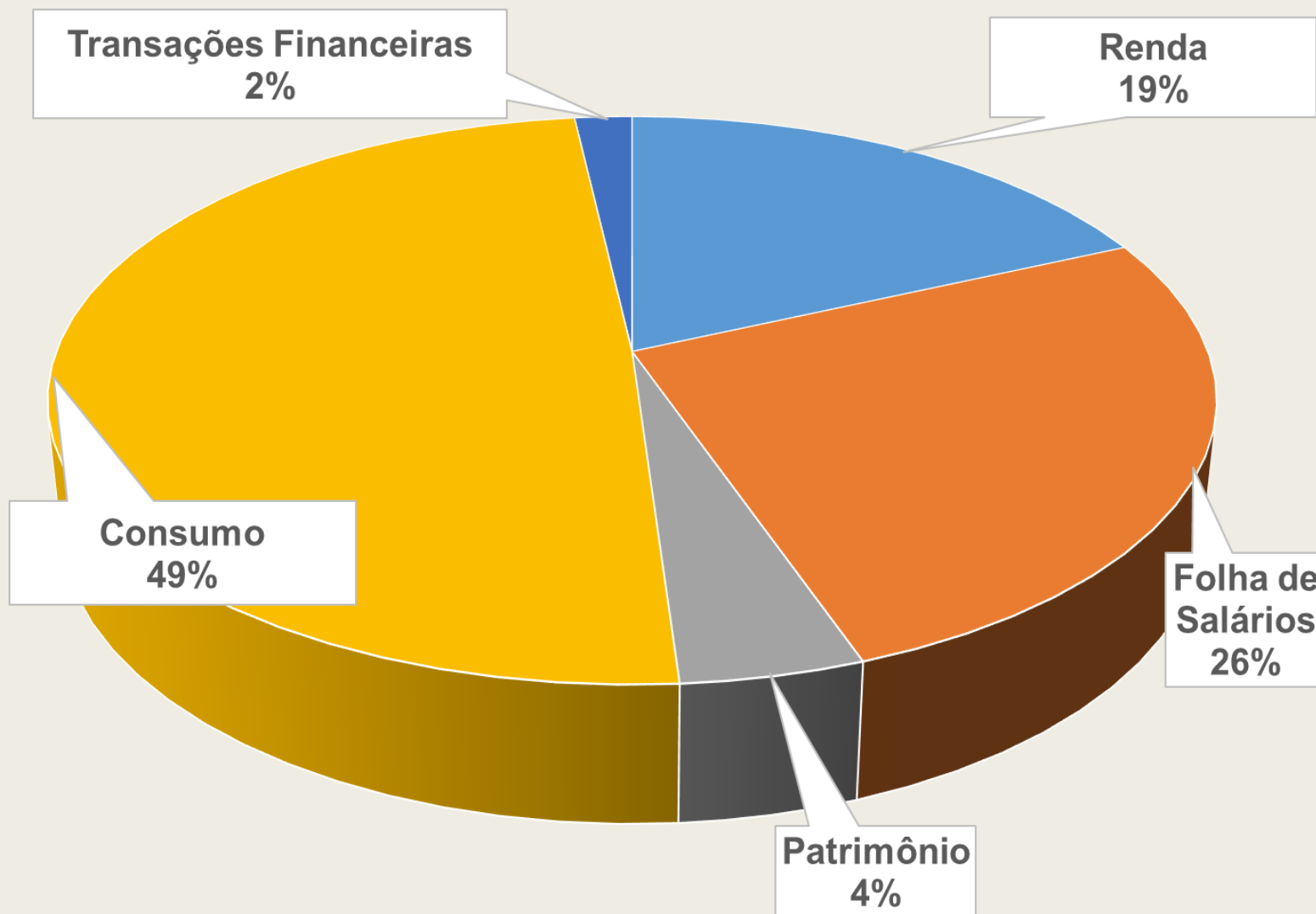


Fonte: Receita Federal do Brasil (2017); OECD Revenue Statistics. <https://stats.oecd.org>

(1) Média de 31 países da OCDE

CARGA TRIBUTÁRIA 2015 (32,1%)

POR BASE DE INCIDÊNCIA



Conclusões sobre a carga tributária brasileira – comparativo com a OCDE

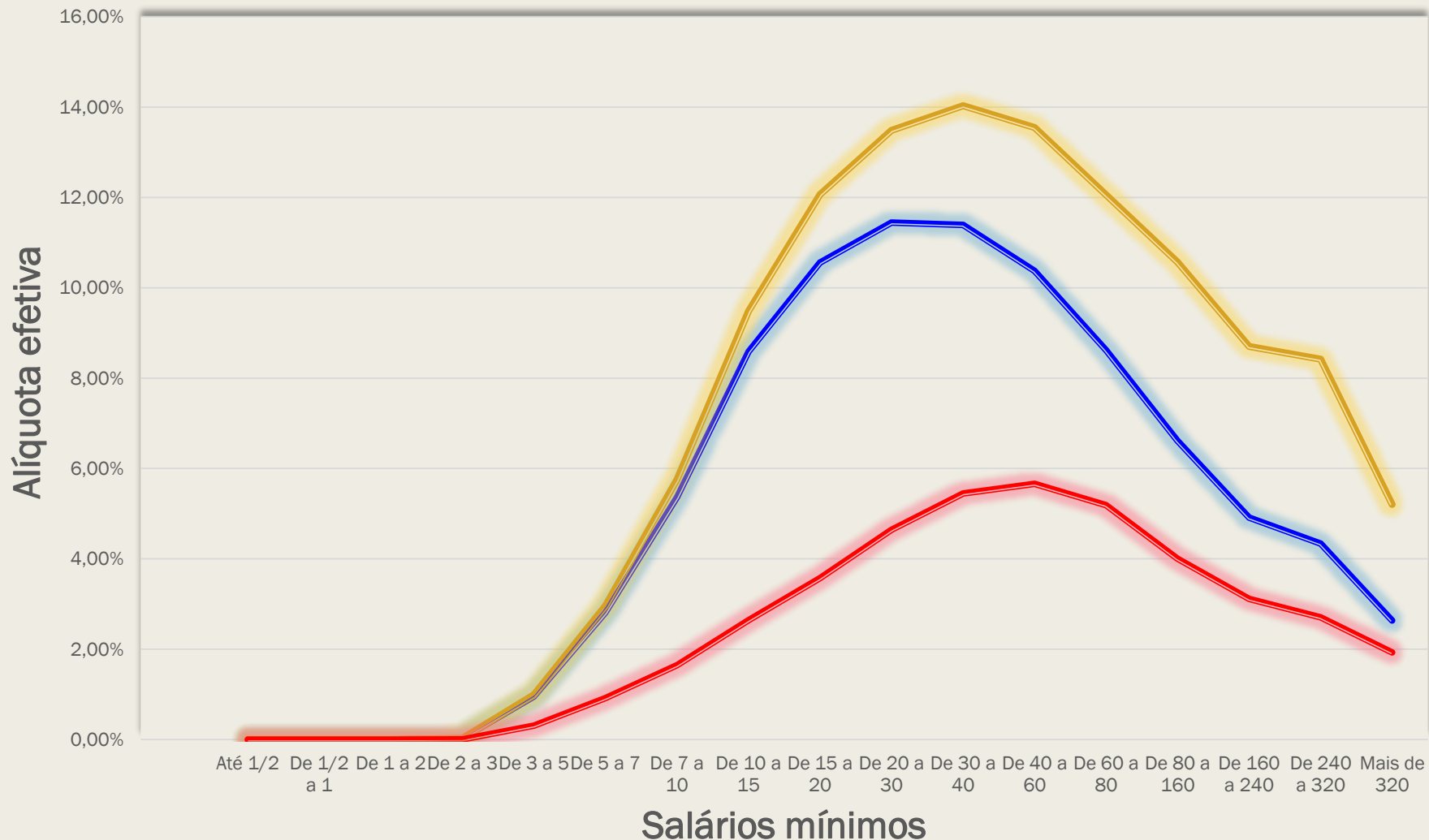
- *Não possui maior carga tributária do mundo*
- *Possui a MENOR carga tributária sobre a renda*
- *Possui uma carga tributária moderada sobre o patrimônio e a folha de salários*
- *Brasil possui a 2ª MAIOR carga tributária sobre o consumo de bens e serviços*

A alta tributação sobre o consumo decorre diretamente da baixa tributação sobre a renda!

*Porque a carga tributária sobre a
renda é baixa no Brasil...*

Grandes Números DIRPF 2016

Comportamento arrecadação por alíquota efetiva



— Todos os Declarantes — Não receptor de Lucros e Dividendos + ME — Receptor de Lucros e Dividendos + ME

Fonte: Elaboração Anfip/Fenafisco, com base na Receita Federal do Brasil (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-capa>)

Grandes Números DIRPF 2016

Faixa de Salário Mín. Mensal	Todos os Declarantes	Não recebedor de Lucros e Dividendos + ME	Recebedor de Lucros e Dividendos + ME
Até 1/2	0,0%	0,0%	0,0%
De 1/2 a 1	0,0%	0,0%	0,0%
De 1 a 2	0,0%	0,0%	0,0%
De 2 a 3	0,0%	0,0%	0,0%
De 3 a 5	1,0%	1,0%	0,3%
De 5 a 7	2,8%	3,0%	0,9%
De 7 a 10	5,4%	5,8%	1,6%
De 10 a 15	8,6%	9,5%	2,6%
De 15 a 20	10,6%	12,1%	3,6%
De 20 a 30	11,4%	13,5%	4,6%
De 30 a 40	11,4%	14,0%	5,4%
De 40 a 60	10,4%	13,5%	5,7%
De 60 a 80	8,6%	12,1%	5,2%
De 80 a 160	6,6%	10,6%	4,0%
De 160 a 240	4,9%	8,7%	3,1%
De 240 a 320	4,3%	8,4%	2,7%
Mais de 320	2,6%	5,2%	1,9%

Fonte: Elaboração Anfip/Fenafisco, com base na Receita Federal do Brasil

(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-cap>)

Regressividade a partir dos 40 salários mínimos

Apesar da orientação constitucional...

Art. 145...

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, ...

(...)

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso III (**IR**):

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da **progressividade**, na forma da lei.

Reduzida tributação IRPF incidente sobre o empresário decorre da isenção na distribuição de lucros e dividendos

✓ **LEI Nº 9.249, de 1995, art. 10**

SOMENTE o BRASIL e a ESTÔNIA
(dentre os países da OCDE)
concedem isenção na distribuição de lucros e dividendos aos sócios.

Outras iniquidades do Brasil na tributação sobre a renda que torna baixa a arrecadação em relação aos países integrantes da OCDE

1 – Concessão de dedutibilidade a pessoa jurídica de juros fictícios incidentes sobre o capital próprio

2 – Alíquotas reduzidas

(ressalva-se que o trabalhador assalariado brasileiro, de acordo com os seus gastos com dependentes, saúde e educação, pode pagar mais IR efetivo em relação ao trabalhador residente nos EUA)

3 – Pejotização

4 - Elevada faixa para enquadramento no Simples Nacional (US\$ 1,5 milhão)
OCDE apresenta eficiência econômica até US\$ 20 mil

5 – Reduzida tributação sobre ganhos no mercado financeiro

6 - Sofisticados planejamentos tributários – uso intensivo por multinacionais de preços de transferência

ESTRUTURA DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS

PAÍSES SELECIONADOS DA OCDE E AMÉRICA LATINA

País	IRPF/ PIB (%)	IRPF/ Arrecadação total (%)	Quant. alíquotas	Alíquota mínima	Alíquota máxima
Alemanha	9,8%	26,5%	4	5,5 %	45 %
EUA	10,6%	40,5%	7	10,0%	39,6%
Canadá	11,8%	39,6%	4	15,0%	29,0%
Japão	5,8%	18,9%	7	5,0%	45,0%
Portugal	7,3%	21,2%	5	14,5%	48,0%
Argentina	3,2%	10,0%	9	9,0%	35%
Chile	2,0%	9,8%	8	4,0%	40,0%
Média	7,2%	22,4%	5	12,5%	41,0%
Brasil	2,5%	7,7%	4	7,5%	27,5%

Fonte: extraído de Tributação sobre a renda da pessoa física: isonomia como princípio fundamental de justiça fiscal (<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/04/TD33.pdf>)

BRASIL – HISTÓRICO ALÍQUOTAS DO IRPF

Período de Vigência	Número de Faixas de Renda	Alíquotas
1976 a 1978	16	0% a 50%
1979 a 1982	12	0% a 55%
1983 a 1985	13	0% a 60%
1986 a 1987	11	0% a 50%
1988	9	0% a 45%
1989 a 1993	3	0% a 25%
1994 a 1995	4	0% a 35%
1996 a 1997	3	0% a 25%
1998 a 2008	3	0% a 27,5%
A partir de 2009	5	0% a 27,5%

Fonte: Anfip/Fenafisco, com base em dados da Receita Federal do Brasil

Tabela 2 - Alíquotas vigentes de tributação dos lucros e dividendos nos países da OCDE (2015):

País	Lucro antes tributação (A)	CIT (%) sobre lucros	Lucro distribuído	Tributo pago por PF	Taxa total (CIT+PIT)/A
Austrália	142,86	30	100	27,12	48,99
Canadá	135,69	26,3	100	33,82	51,23
Chile	129,03	22,5	100	22,58	40
Dinamarca	130,72	23,5	100	42	55,63
Estônia	125	20	100	0	20
Finlândia	125	20	100	28,05	42,44
França	157,23	36,4	100	44	64,38
Alemanha	143,22	30,18	100	26,38	48,59
Irlanda	114,29	12,5	100	51	57,13
Israel	136,05	26,5	100	30	48,55
Itália	137,93	27,5	100	26	46,35
Japão	147,3	32,11	100	20,32	45,9
Coréia do Sul	131,93	24,2	100	35,4	51,03
México	142,86	30	100	17,14	42
Holanda	133,33	25	100	25	43,75
Nova Zelândia	138,89	28	100	6,94	33
Noruega	136,99	27	100	27	46,71
Reino Unido	126,58	21	100	30,56	45,14
EUA	164,3	39,13	100	30,34	57,6

Fonte: Gobetti, S.W.; Orair, R.O. Progressividade Tributária: a agenda esquecida. XX Prêmio do Tesouro Nacional, 2015.

SENADO FEDERAL Fale com o Senado Portais

senadonoticias

Busca avançada

Todas Política Economia Social Administração Tecnologia Justiça Infraestrutura Meio Ambiente Mais+

Reforma Trabalhista Argumento Infomateria Jornal Rádio TV Fotos Senado Multimídia Assessoria de Imprensa

Home » Matérias » Comissões

Economia Administração

Imposto sobre lucros e dividendos geraria R\$ 43 bi ao ano, diz estudo

Da Redação e Isabela Vilar | 14/09/2015, 22h17 - ATUALIZADO EM 15/09/2015, 08h44



Primeira página

- CAE pode votar criação de fundo para combater efeitos da seca
- Para Eunício, Raquel Dodge promoverá igualdade perante a lei
- Senado pode legalizar remoção de servidores em cartórios
- CMR da Previdência faz balanço dos

ONUBR Nações Unidas no Brasil

SOBRE A ONU FAÇA PARTE CAMPANHAS ONU NO BRASIL ESPECIAIS

INÍCIO NOTÍCIAS DO BRASIL AÇÃO HUMANITÁRIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DIREITOS HUMANOS

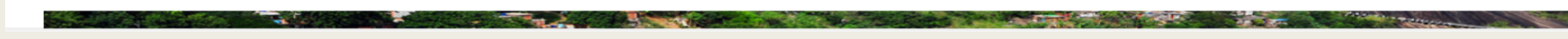
Brasil é paraíso tributário para super-ricos, diz estudo de centro da ONU

Publicado em 31/03/2016 Atualizado em 01/05/2016

10K+ WhatsApp Twitter Email Print RSS 10s G+ Mais

AUMENTAR LETRA DIMINUIR LETRA

Mais ricos representam 71 mil pessoas (0,05% da população adulta brasileira) e se beneficiam de isenções de impostos sobre lucros e dividendos, uma de suas principais fontes de renda. Entre os países da OCDE, além do Brasil somente a Estônia oferece esse tipo de isenção tributária ao topo da pirâmide.



Debates Contemporâneos

25 a 28 de Setembro de 2017

CartaCapital / CARTAPLAY / Eventos / CartaEducação / #BLOGdoSÓCIO

Você está aqui: Página Inicial / Economia / Uma fortuna de 200 bilhões protegida do IR da pessoa física

Economia

Impostos

Uma fortuna de 200 bilhões protegida do IR da pessoa física

por André Barrocal — publicado 10/08/2015 01h09, última modificação 22/08/2015 13h12

Lei de 1995 beneficia 71 mil brasileiros ricos que não pagam imposto de renda. Fim da isenção renderia meio ajuste fiscal

Reflexos na economia em decorrência da alta tributação sobre o consumo...

(I) Para atender as demandas públicas, há necessidade do governo brasileiro carregar a arrecadação dos tributos nos incidentes sobre bens e serviços.

Resultado direto:

- Necessidade de criação de diversos tributos para obter a arrecadação desejada - ICMS, ISS, IPI, COFINS, PIS, Cide Combustível, tornando a legislação tributária mais complexa!

Uma alíquota excessivamente elevada aumentaria o estímulo à sonegação fiscal

- Aumento do Custo Brasil, pela alta taxaçaõ tributária dos bens e serviços e a maior complexidade do modelo com inúmeros tributos sobre a mesma base de incidência!

Perda de competitividade do produto nacional

(II) Lobbies empresariais para fugir da excessiva carga tributária do consumo de bens e serviços.

Resultado direto:

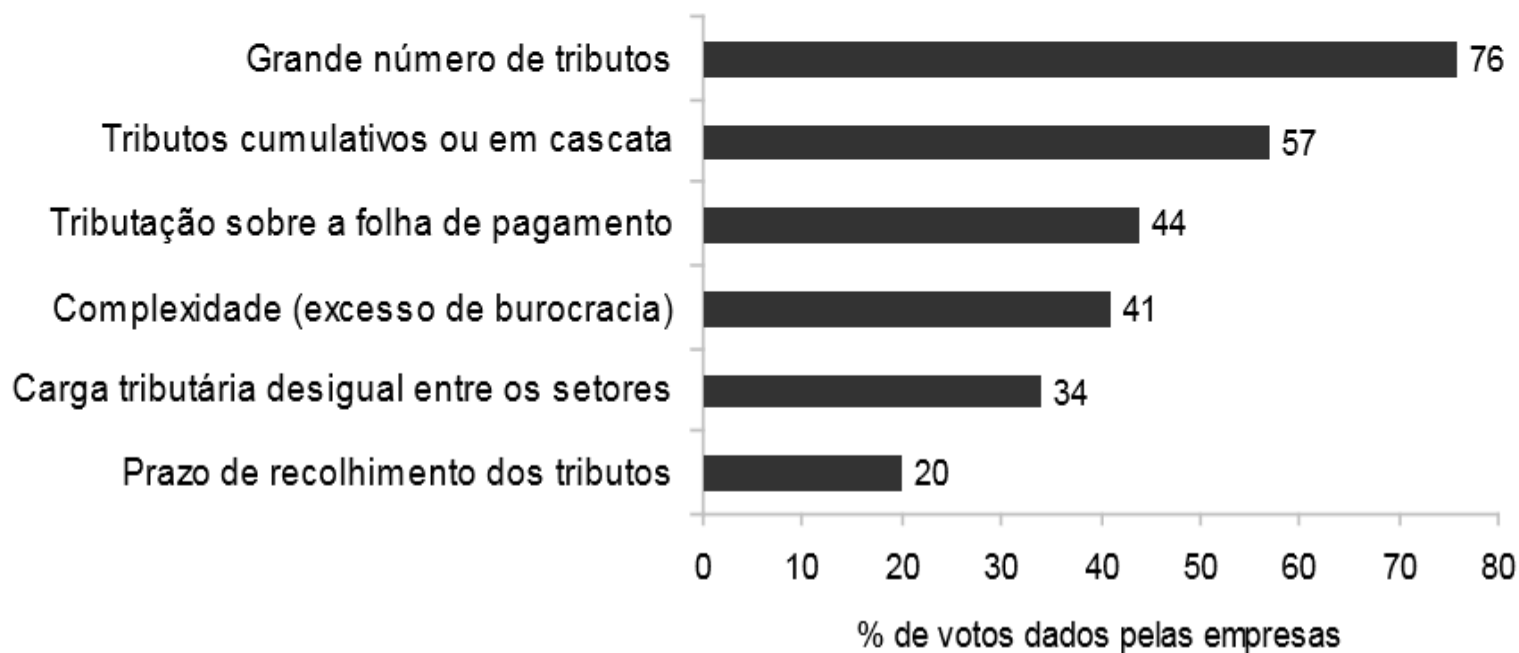
- Guerra fiscal entre os entes subnacionais para atrair empresas!
- Risco de corrupção para concessão de benefícios fiscais sem eficiência econômica!
- Criação de milhares de regras específicas para produtos ou atividades gerando mais complexidade ao já complexo sistema tributário brasileiro!
- Geração de cumulatividade no sistema!
- Elevadas alíquotas para se conseguir arrecadar de quem não tem força política para fugir da carga tributária!

Maior agravamento do Custo Brasil e da perda de competitividade do produto nacional

- **Estrutura tributária desincentiva as atividades produtivas e a geração de emprego (Problema 3)**

Sondagem da CNI (Confederação Nacional da Indústria) revelou que grande parte das empresas brasileiras considera que o sistema tributário nacional tem viés anti-crescimento e reduz a competitividade dos nossos produtos. O Gráfico 5 mostra a eleição dos principais problemas do sistema em 2003⁴⁰.

Gráfico 5 - Eleição dos principais problemas do sistema tributário nacional: 2003

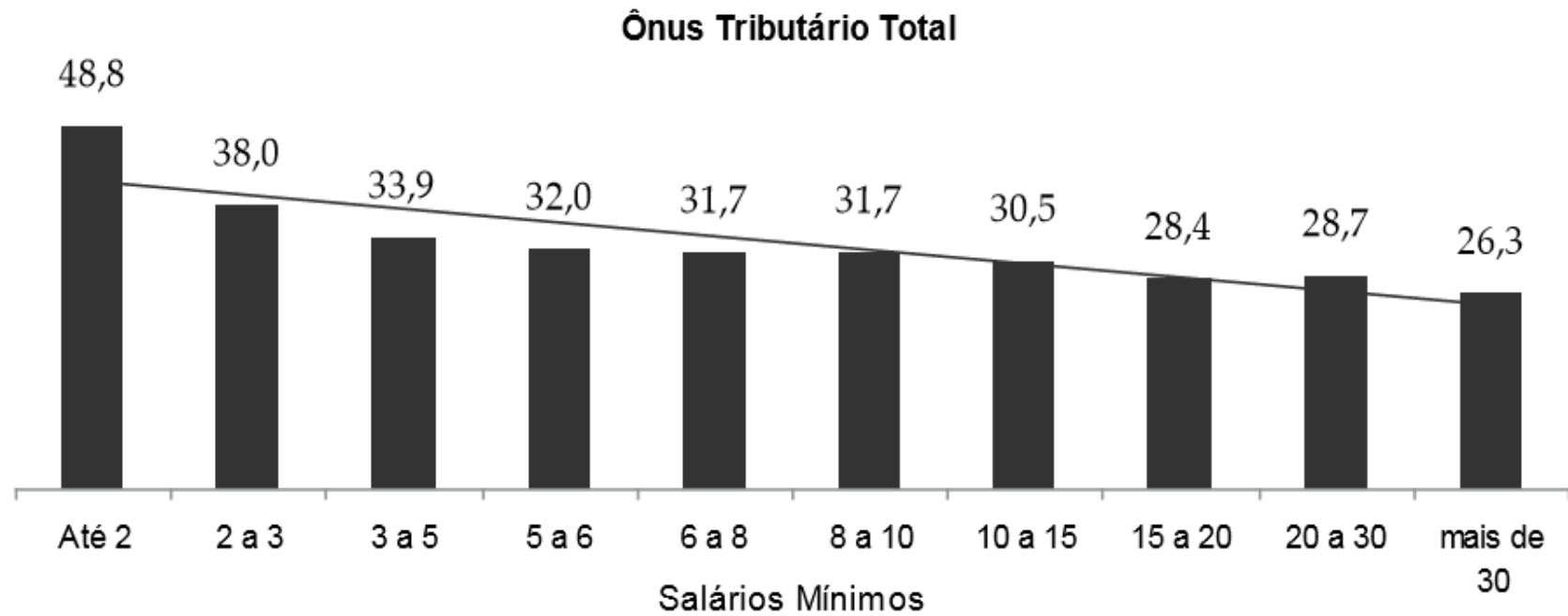


Fonte: Confederação Nacional da Indústria - CNI (2005).

(III) Carga tributária regressiva

- ☐ Quem ganha MENOS ↓ paga MAIS ↑
- ☐ Quem ganha MAIS ↑ paga MENOS ↓

Gráfico 1 - Carga Tributária sobre a Renda Total das Famílias: 2004
Em % da Renda Mensal Familiar



Fonte: ZOCKUN (2007). Cálculos efetuados com base na POF 2002/2003.

05/10/2016 13h54 - Atualizado em 05/10/2016 16h21

Concentração de renda cresce e brasileiros mais ricos superam 74 mil

População com renda mensal acima de R\$ 140 mil sobe após duas quedas. Dados do IR 2015 mostram que elite concentra 23% da riqueza declarada.

[//www.cartacapital.com.br/economia/sistema-tributario-reforca-desigualdade-diz-oxfam](http://www.cartacapital.com.br/economia/sistema-tributario-reforca-desigualdade-diz-oxfam)

Economia

Desigualdade social

Sistema tributário brasileiro reforça a desigualdade, diz Oxfam

por Redação — publicado 29/09/2017 15h22

Os 10% mais pobres gastam 32% da renda em tributos, enquanto os 10% mais ricos apenas 21%. Maior distorção acontece nos impostos sobre a renda

Compartilhar 3,2 mil

Tweepstar

Share

Rede Brasil Atual



POLÍTICA

ECONOMIA

CIDADANIA

TRABALHO

MUNDO

AMBIENTE

SAÚDE E CIÊ

ECONOMIA

Compartilhar 426

Tweepstar

INJUSTIÇA FISCAL

País precisa de reforma tributária para reduzir impostos indiretos e combater desigualdades

Impostos como IPI, ISS, ICMS, PIS e Cofins agravam concentração de renda, relativizando avanços com salário mínimo e programas sociais, defende economista especializado na América Latina

Consequência do modelo econômico neoliberal no mundo e o caso Brasil, decorrente da regressividade do seu sistema tributário...

Fundamentos da teoria econômica neoliberal

(Adotado nos EUA e Reino Unido a partir de 1980. No Brasil a partir do Governo Collor, passando pelos demais governos)

- Defende o Estado mínimo (necessário)
- Existência de uma taxa natural de desemprego para manter o nível de preço inalterado (baixa inflação)
- Ênfase na geração de oferta (Economia da Oferta ou teoria do gotejamento), que dar-se-ia com o aumento dos ganhos dos investidores através da redução dos impostos sobre o lucro de capital e os rendimentos da camada mais rica

Teoria justifica a desoneração fiscal ou redução da carga dos tributos sobre a renda das empresas e dos seus sócios.

Fundamentos da teoria econômica neoliberal

- Paralelo, a globalização impôs a competitividade entre os países, **impactando nas suas políticas de tributação**

Redução de impostos incidentes sobre fatores de alta mobilidade espacial: capital financeiro; produção em geral; investimento; mão de obra qualificada.

Compensação por aumento da tributação, por exclusão, sobre fatores de menor mobilidade espacial: consumo, salários e propriedade imobiliária

Desafio dos governos mundiais a partir de 1990

conciliação entre a manutenção do Estado 'necessário', estabilizador da economia, com equilíbrio fiscal, e as novas políticas de tributação decorrente da globalização

Críticas ao modelo neoliberal...

Os resultados comprovam que o modelo econômico neoliberal ocasionou baixo crescimento da economia em relação ao modelo keynesiano (1945/1979 - crescimento global médio de 4,8% ao ano*(Robert Skidelsky (2009). Keynes: The return of the Master. [S.l.]: Allen Lane. pp. 116, 126. [ISBN 978-1-84614-258-1](https://www.amazon.com.br/ISBN-978-1-84614-258-1)):

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB: MUNDO, GRUPOS DE ECONOMIA E ALGUNS PAÍSES (1991 A 2016)

Mundo/Grupos/Países	1991-2000	2001-2010	2011-2016 (1)
Economia Mundial	3,2	3,9	3,4
Economias Desenvolvidas	2,9	1,7	1,6
• Estados Unidos	3,5	1,7	2,0
• Zona do Euro	2,2	1,2	0,5
Economias Emergentes	3,8	6,3	4,9
• China	9,5	9,6	7,7
• Índia	5,6	7,5	6,7
• Brasil	2,6	3,7	0,4
América Latina	3,2	3,4	1,9

Fonte: World Economic Outlook/FMI: Abril de 2017.

Estudiosos justificam o reduzido crescimento da economia mundial ao aumento da concentração da riqueza e as desigualdades sociais, ocasionado pela fórmula neoliberal

A TAXA DE CRESCIMENTO DAS MAIORES RIQUEZAS MUNDIAIS (1987-2013)

Taxa de crescimento real – média anual (descontada inflação)

Os cem milionésimos mais ricos	6,8 %
Os vinte milionésimos mais ricos	6,4 %
Riqueza média mundial por habitante (adulto)	2,1 %
Renda média mundial por habitante (adulto)	1,4 %
População adulta mundial	1,9 %
PIB mundial	3,3 %

O modelo neoliberal implementado no Brasil também fomentou a concentração de renda e o aumento da desigualdade social...

Constituição Federal

Art. 3º Constituem **objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:**

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais;**

Desigualdade social aumenta no Brasil, segundo IBGE

11 Abril 2018 15:20:00

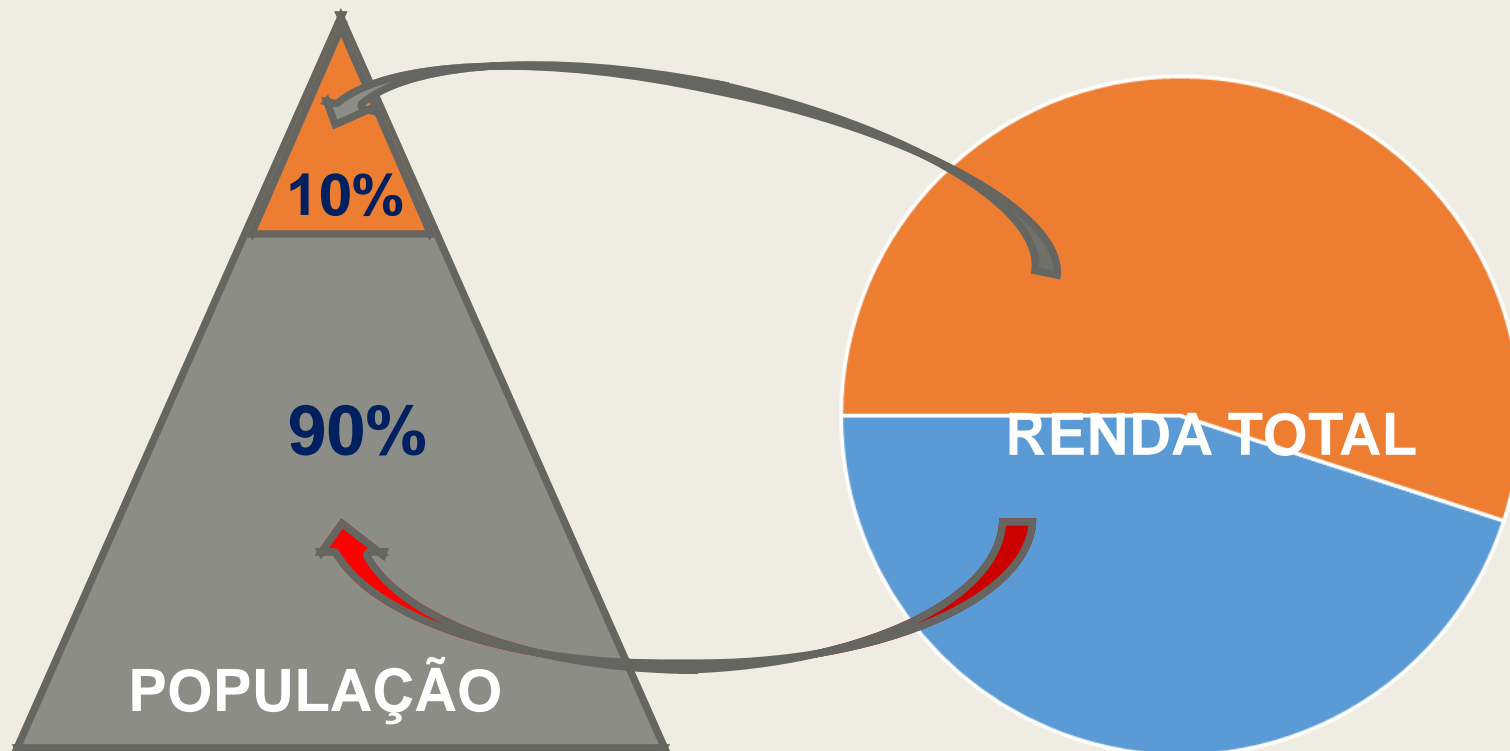
2017. 80% da população com renda mais baixa

A desigualdade aumentou em quatro das cinco grandes regiões do Brasil, na passagem de 2016 para 2017, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



- **A desigualdade brasileira é maior do que as pesquisas anteriores indicavam e calcula que os 10% mais ricos da população ficam com mais da metade da renda no Brasil**

Fonte: World income Database



O Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade,

Afirma Thomas Piketty, economista autor do best seller “O Capital no Século XXI”, durante entrevista dada à Folha de São Paulo em um hotel em São Paulo (28/09/17).



Thomas Piketty na entrevista sobre o caso Brasil ...

- **Os pobres ganharam às custas da classe média, não dos mais ricos, e a desigualdade continua muito grande.**
- **O grau de desigualdade extrema que encontramos no Brasil não é bom para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.**
- **É condição para o crescimento econômico a execução de políticas que levem a uma distribuição mais igualitária da renda e da riqueza.**

➤ Não sei o futuro, mas posso afirmar que é possível ter um sistema tributário mais justo, uma distribuição da renda e da riqueza mais equilibrada, e mais crescimento econômico, ao mesmo tempo. Essa foi a experiência em outros países.

Joseph Stiglitz, Nobel de Economia em 2001 e presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Governo do presidente americano Bill Clinton (1995-1997), **também defende a redução das desigualdades como meio para promover o desenvolvimento econômico***.

- O desenvolvimento econômico se dá através do estímulo à demanda. A grande desigualdade enfraqueceu a demanda agregada!
- Políticas macroeconômicas são necessárias para manter a estabilidade econômica e o pleno emprego. Alto investimento público em infraestrutura, tecnologia e educação iria reviver a demanda quanto aliviar as desigualdades!

* No artigo *A Economia Tradicional Está Errada*, o papel das instituições e da política, aponta (<http://economics.com/joseph-stiglitz-afirma-que-economia-tradicional-esta-errada/>):

- Investimento público em educação é fundamental para atacar a desigualdade. Um determinante chave na renda do trabalhador é o nível e a qualidade da sua educação.
- Financiamento público através da plena e justa taxaço da renda de capital. Isso iria contribuir também para contra-atacar o aumento da desigualdade.

As dificuldades econômicas atuais dos países ricos é a desigualdade crescente. As políticas econômicas necessárias para mudar isso não são difíceis de identificar. Precisamos de mais investimentos em bens públicos; melhor governança corporativa, leis antitruste e antidiscriminatórias; um sistema financeiro mais bem regulado; direitos trabalhistas mais fortes; impostos progressivos e mais política de transferência de renda.

Mundo

Brasil Econômico

Mundo

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

10/12/2014 | 09:29 - Atualizado em: 10/12/2014 | 09:29

Desigualdade prejudica o crescimento de países ricos, diz OCDE

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico revela que crescimento econômico de várias nações ricas foi limitado por causa do aumento da desigualdade

Para o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, os altos índices de desigualdade atrapalham o crescimento. "As consequências são tanto econômicas quanto sociais", disse. Segundo o relatório, a disparidade de renda é maior no Chile, México, na Turquia, nos Estados Unidos e em Israel, e menor na Dinamarca, Eslovênia, Eslováquia e Noruega.

Crescimento frustrado em virtude das desigualdades *Projeção OCDE 1990 a 2000*

Reino Unido	9 %
Estados Unidos, Itália e Suécia	6 a 7 %
México e Nova Zelândia	10 %



Economia

Até eles

Desigualdade atrapalha crescimento e corrói a coesão social, diz FMI

por José Antonio Lima — publicado 28/09/2017 11h04, última modificação 28/09/2017 18h23

É ao menos a terceira vez que o fundo destaca como o receituário neoliberal é prejudicial à economia e às pessoas

INSCRIÇÕES PARA A ESCOLA-RESIDÊNCIA DO SESC VÃO ATÉ 4 DE MAIO.



FMI: desigualdade 'em excesso' pode inibir crescimento

Relatório defende tributação progressiva e cita Bolsa Família e SUS como exemplos brasileiros

31/05/2016 17h59 - Atualizado em 31/05/2016 18h11

FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade

Artigo defende que programas de austeridade não geraram crescimento. Documento aponta 'efeitos nocivos de longo prazo' na doutrina econômica.

Do G1, em São Paulo, com agências

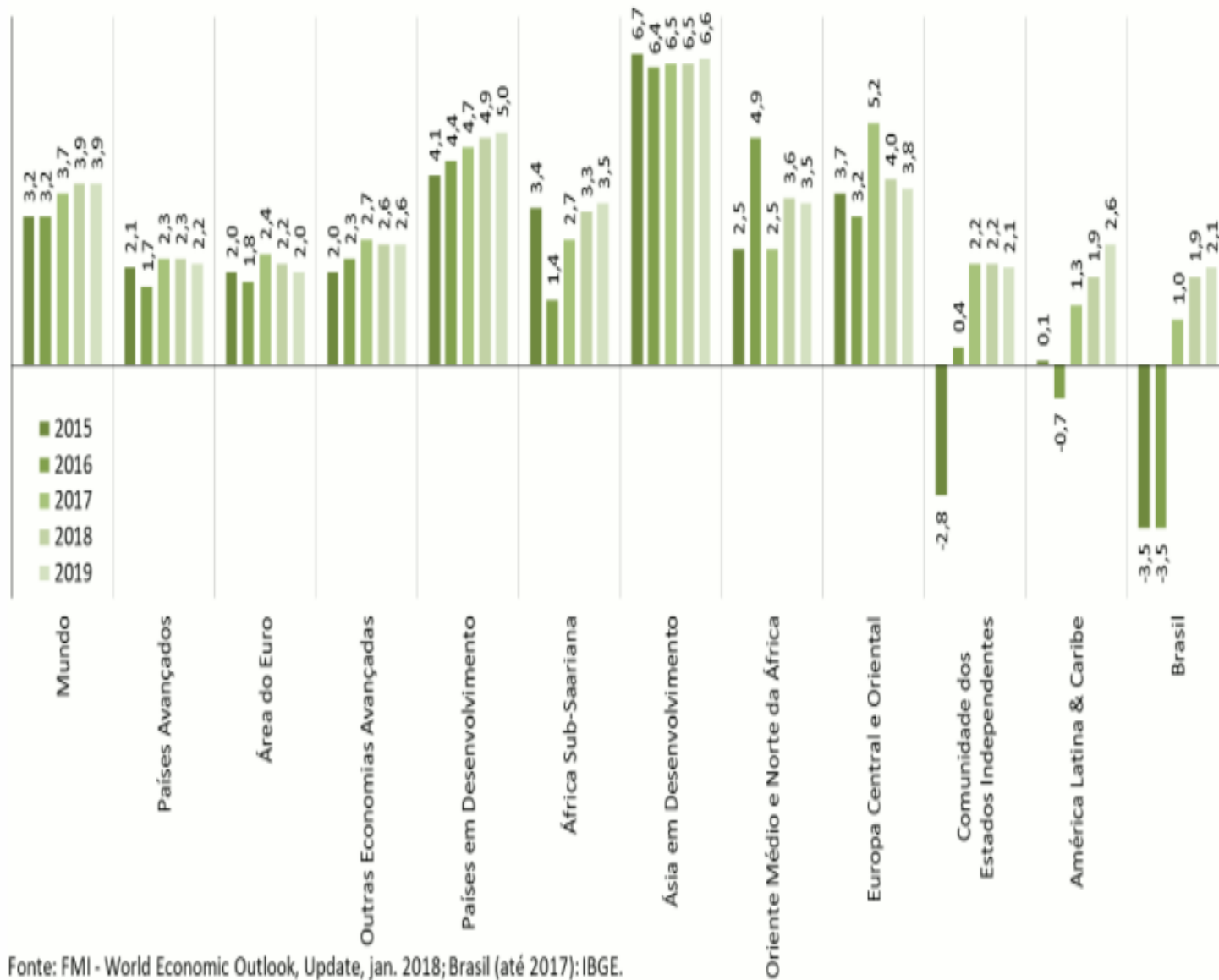


O neoliberalismo, doutrina econômica combatida pela esquerda, recebeu críticas de um de seus maiores defensores, o Fundo Monetário Internacional (**FMI**), em artigo publicado por três economistas da instituição.

O documento sugere que o receituário neoliberal, prescrito pelo próprio FMI para o crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento, pode ter efeitos nocivos de longo prazo.

Análise do crescimento econômico contemporâneo do Brasil em relação ao mundo....

Brasil e Agregados de Países Seleccionados Evolução do PIB Real - Variação % Anual



Fonte: FMI - World Economic Outlook, Update, jan. 2018; Brasil (até 2017): IBGE.

Problema raiz do sistema tributário brasileiro, gerador do entrave ao desenvolvimento econômico

- Manutenção das desonerações sobre a renda na distribuição de lucros e dividendos, ocasionando outros problemas elencados
 - ❑ *Aumento da concentração da riqueza e das desigualdades sociais;*
 - ❑ *Aumento do Custo Brasil em decorrência da alta tributação sobre o consumo e a geração da complexidade no sistema;*

= Menores níveis de crescimento da economia brasileira

Políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros:

- Busca a redução da carga tributária do consumo (*para ganhar competitividade*) pela via da redução do estado social, a exemplo da EC 95 (teto dos gastos) e proposta de Reforma da Previdência
- Manutenção do equilíbrio fiscal através da alta tributação da renda dos assalariados, em especial da classe média (congelamento da tabela do IR e estudos para aumentar a sua alíquota)

21/02/2018 às 05h00  22

Renda dos super-ricos aumentou na crise

Por **Ribamar Oliveira** | De Brasília



Durante o período de 2014 a 2016, no qual a economia brasileira esteve mergulhada em uma de suas piores recessões, a renda total do segmento mais rico da população - formado por pessoas que ganhavam mais de 160 salários mínimos por mês - aumentou 2,2% em termos reais, de acordo com análise feita pelo economista Sérgio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



ECONOMIA

Metade dos trabalhadores brasileiros tem renda menor que o salário mínimo, aponta IBGE

Renda abaixo do mínimo é possível entre trabalhadores informais e por conta própria; pesquisa revela que 10% da população concentra 43% da soma de rendimentos do país.

PUBLICIDADE

FELIZ DIA DO TRABALHO.
DO SEU TRABALHO.



49



Entre candidatos a ingressar na OCDE, Brasil é o mais bem posicionado

Nos bastidores, a demora na aprovação da entrada é atribuída à resistência dos Estados Unidos em expandir a instituição

Agência Brasil

★ Especiais Fotos Últimas Notícias

Direitos Humanos Economia Educação Geral Internacional Justiça Política Saúde

Internacional



Brasil reforça negociações em Paris para entrar na OCDE

★ ASSINE A FOLHA DIGITAL POR APENAS
★ R\$ 1,90 NO PRIMEIRO MÊS.



DONALD TRUMP

EUA travam análise para Brasil ocupar vaga na OCDE

Governo Trump defende organização, hoje com 35 países, como um clube de ricos e apoia candidatura da Argentina

Recomendações da OCDE para o Brasil, fev2018

Extraído da Nota Técnica Fenafisco nº 01/2018

Revisão de direitos sociais e oneração da classe média...

- Rever os direitos adquiridos
- Desindexar o valor dos benefícios do salário mínimo
- Alinhar as aposentadorias e pensões do serviço público com o da iniciativa privada
- Transferir benefícios da classe média para a população mais pobres
- Eliminar a dedutibilidade dos gastos com a saúde na declaração IR

≡ EL PAÍS

OCDE sugere mais recursos no Bolsa Família para reduzir desigualdade no Brasil

Organização diz que programa é a única transferência que chega ao pobre

Edição do dia 26/01/2018

26/01/2018 21h33 - Atualizado em 26/01/2018 22h30

Tabela do IR não acompanha inflação há mais de duas décadas

Inflação subiu 294% de 1996 a 2017. Nesse mesmo período, a correção da tabela do Imposto de Renda foi de 109%.



FACEBOOK



veja



Lula

Incêndio

Eleições 2018

Expedição Vozes do Futebol

TVEJA

Cielo R\$ 19,90 por mês

Máquina com Taxa Zero a Partir de R\$ 19,90 por mês no Cielo com Tudo. Solicite Já!

Economia

Defasagem da tabela do Imposto de Renda chega a 88,5%

Se a tabela fosse corrigida pelos índices de inflação, a faixa de isenção seria de 3.589 reais, e não os atuais 1.903,98 reais

Tabela IRPF

Vigente em 2018 – ano-calendário 2017

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 1.903,98	-	-
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15,0%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

Fonte: Receita Federal

Simulação de valores da Tabela IRPF 2018

com correção de 88,50%

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até R\$ 3.589,00	-	-
De R\$ 3.589,01 a 5.328,24	7,5%	R\$ 269,18
De R\$ 5.328,25 a 7.070,73	15,0%	R\$ 668,79
De R\$ 7.070,74 a 8.792,93	22,5%	R\$ 1.199,10
Acima de R\$ 8.792,93	27,5%	R\$ 1.638,74

Fonte: Receita Federal e IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: defasagem medida pelo IPCA-IBGE de janeiro de 1996 a dezembro de 2017

Simulação sobre a incidência do IRPF com e sem atualização de tabela

Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir	Imposto devido
5000,00	27,5%	869,36	505,64
5000,00	15%	668,79	81,21

Proposta cria novas alíquotas do Imposto de Renda <http://bit.ly/2Gw6lhi>
 Veja a reportagem da TV Senado: <http://bit.ly/2F3aQ1F>
 Dê sua opinião sobre o projeto: <http://bit.ly/PLS517-2015>

Economia

Governo estuda aumentar alíquota de IR de quem ganha mais

Uma das ideias é a criação de uma alíquota de 30% a 35% de Imposto de Renda para quem ganha mais de 20.000 reais mensais

Por Da redação

8 ago 2017, 17h26 - Publicado em 8 ago 2017, 09h12

PROJETO CRIA NOVAS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO DE RENDA

Confira abaixo como é hoje e como pode ficar a tabela do IR:

Como é hoje:		Como fica se o PLS 517/2015 for aprovado	
Faixa de renda mensal	Alíquota	Faixa de renda mensal	Alíquota
Até R\$ 1.903,98	ISENTO	Até R\$ 3.300	ISENTO
De R\$ 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	De R\$ 3.300,01 a 4.000	5%
De R\$ 2.826,66 até 3.751,05	15%	De R\$ 4.000,01 a 6.500	10%
De R\$ 3.751,06 até 4.664,68	22,5%	De R\$ 6.500,01 a 9.000	15%
Acima de 4.664,68	27,5%	De R\$ 9.000,01 a 13.000	20%
*Valores referentes à tabela do IR 2017		De R\$ 13.000,01 a 18.000	25%
		De R\$ 18.000,01 a 25.000	30%
		De R\$ 25.000,01 a 49.500	35%
		Acima de R\$ 49.500	40%



Proposta de elevar IR prevê 4ª faixa de cobrança e aumento para PJs

LEANDRO COLON
 ENVIADO ESPECIAL A PARIS
 VALDO CRUZ
 NATUZA NERY
 MARINA DIAS
 GUSTAVO PATU
 GUSTAVO URIBE
 DE BRASÍLIA

09/09/2015 08h18

Compartilhar

 9,6 mil
 OUVIR O TEXTO
 Mais opções

O ministro Joaquim Levy (Fazenda) admitiu nesta terça-feira (8) que o aumento do Imposto de Renda é uma das alternativas em estudo pelo governo para equilibrar as contas públicas.



Fábio Giambiagi, economista chefe do BNDES, em artigo no Valor* propõe o aumento da carga tributária em 1,5 % para se promover o equilíbrio fiscal. Para isso sugere:

- Recriar a CPMF à alíquota de 0,35%, sendo 0,28 para a União e 0,07 para os estados, distrito federal e municípios;
- Aumento da arrecadação do imposto de renda através da manutenção do congelamento da tabela pessoa física e fechamento das brechas da pejetização das pessoas físicas.

*<http://www.valor.com.br/opiniao/5383419/2019-i-carga-tributaria>



CÂMARA NOTÍCIAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIREITO E JUSTIÇA PO



ECONOMIA

24/08/2016 - 15h25

Meirelles defende PEC dos Gastos Públicos para garantir equilíbrio fiscal

Luis Macedo / Câmara dos Deputados

A taxa de investimento e confiança dos empresários desabaram e o risco Brasil disparou - perda do grau de investimento em setembro de 2015

UOL HOST PAGSEGURO CURSOS LOJA VIRTUOL



Q BUSCA BATE-PAPO EMAIL



PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAS



PORTAL DA BAND

Ex:



CAFÉ COM JORNAL

Mitre: PEC dos gastos é o primeiro passo para um equilíbrio fiscal

Fernando Mitre comenta o segundo turno da votação da PEC 241 e diz que esta é o início para uma situação fiscal controlada no país.



Economia

Meirelles: mudança na reforma da Previdência precisa preservar equilíbrio fiscal

Congresso precisa aprovar a reforma da Previdência

Pressione seus parlamentares e candidatos nas redes sociais!

Por Instituto Millenium
 © 19 jan 2018, 10h31



A votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados está marcada para o dia 19 de fevereiro. Essa é considerada a última chance de aprovação da proposta, que é essencial para recuperar a economia do Brasil e combater privilégios que há anos são fomentados pelo atual sistema previdenciário brasileiro.

ÚLTIMAS COTAÇÕES FINANÇAS EMPREENDEDORISMO EMPREGOS IMPOSTO DE RE

BOLSAS		BOVESPA		CÂMBIO		DÓLAR COM		PES	
		↓ -0,12%	85.130,42 pts			↑ +0,9%	R\$ 3,661		↑

Meirelles diz que direito adquirido de aposentado não supera Constituição

233

Do UOL, em São Paulo 13/05/2016 | 12h43

10/05/2018 às 05h00 □ 10

Estudos apontam que até 900 mil pessoas deixaram classes A e B

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio



Apesar do fim da recessão econômica e do início de recuperação do emprego, milhares de brasileiros deixaram de pertencer às classes sociais A e B no ano passado, considerado o critério de renda, mostram estimativas do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do banco Bradesco e da consultoria LCA, obtidas pelo **Valor**.

A classe média masoquista

POR FERNANDO BRITO · 10/05/2018

Mobilidade social

Declínio das classes A e B no ano passado

■ LCA

Número de pessoas por classe social - em milhões



Critério renda familiar per capita

Classe A	Acima de R\$ 3.566
Classe B	De R\$ 1.009 a R\$ 3.566
Classe C	De R\$ 369 a R\$ 1.009
Classe D	De R\$ 179 a R\$ 368
Classe E	Até R\$ 178

Caminhos para a retomada do crescimento econômico no Brasil passa pela diminuição do Custo Brasil e redução das desigualdades sociais...

Sem Previdência, só taxando fortunas

PAULO FELDMANN

A previsão de que 2018 fechará com grande buraco nas contas públicas está praticamente confirmada. Dessa forma, os gastos do governo vão exceder as receitas em cerca de R\$ 180 bilhões —este é o tamanho mínimo do déficit fiscal.

Mudar a alíquota efetiva de IR dos muito ricos, passando dos atuais 6% para 9%, nos faria arrecadar cerca de R\$ 186 bilhões a mais por ano

tiva de imposto de renda, como é chamada pela Receita, de apenas 6%; ao passo que, por exemplo, para uma das faixas da classe média, a que tem renda mensal entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil, a mesma alíquota é de 12%. Com a simples mudança

G1

MUNDO

Por que mais de 400 multimilionários nos EUA não querem pagar menos impostos

Empresários como George Soros e Steve Rockefeller dizem que reforma tributária que Trump tenta aprovar aumentará desigualdade social; governo argumenta que quer aumentar competitividade das empresas americanas.

➤ *“Tenho uma renda alta. Se ela sobe, não vou investir mais. Simplesmente vou poupar mais”.*

Bob Crandall

Reforma Tributária Solidária:

preservando os direitos vigentes e o estado social, apresenta a solução para o

- ✓ *equilíbrio fiscal*
- ✓ *a redução das desigualdades sociais*
- ✓ *a redução do Custo Brasil*
- ✓ *a promoção do desenvolvimento econômico!*

PREMISSAS

PRIMEIRA PREMISSE

- ✓ *A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE SER PENSADA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO*

SEGUNDA PREMISSE

- ✓ **A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE ESTAR ADEQUADA AO PROPÓSITO DE FORTALECER O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, EM FUNÇÃO DO SEU POTENCIAL COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

TERCEIRA PREMISSE

- ✓ *A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE AVANÇAR NO SENTIDO DE PROMOVER A SUA PROGRESSIVIDADE PELA AMPLIAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DIRETA*

QUARTA PREMISSE

- ✓ *A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE AVANÇAR NO SENTIDO DE PROMOVER A SUA PROGRESSIVIDADE PELA REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA*

QUINTA PREMISSE

- ✓ A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE RESTABELEECER AS BASES DO EQUILÍBRIO FEDERATIVO

Defesa da FENAFISCO na oportunidade da discussão do projeto de Reforma Tributária do deputado Haully, que propunha criar o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, unificando os demais tributos incidentes sobre bens e serviços (ICMS, IPI, ISS, PIS, PASEP COFINS, Cide Combustível, IOF, salário Educação):

- 1 – Competência exclusivamente estadual (inclusive quanto ao previsto Imposto Seletivo federal, incidente sobre as *blue ships* da arrecadação atual do ICMS – combustível, cigarros, veículos, bebidas, etc);
- 2 – Criação de fundo de participação sobre o IBS para o financiamento da Seguridade Social, para assegurar o financiamento previsto no art. 195 da Constituição Federal;
- 3 – Compartilhamento da fiscalização do IBS com o fisco municipal que possuísse administração tributária instituída (cerca de 310), e somente em relação a empresas prestadoras de serviços.

É necessário restabelecer o equilíbrio fiscal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, assim como assegurar ao menos o atual nível de arrecadação direta dos entes subnacionais.

SEXTA PREMISSE

- ✓ *A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE CONSIDERAR A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL*

SÉTIMA PREMISSA

- ✓ A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE APERFEIÇOAR A TRIBUTAÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL

OITAVA PREMISSA

- ✓ *A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEVE FOMENTAR AÇÕES QUE RESULTEM NO AUMENTO DAS RECEITAS, SEM AUMENTAR A CARGA TRIBUTÁRIA*

Agenda de atividades previstas até agosto de 2018

- Seminários de divulgação da Reforma Tributária Solidária, Brasil, durante o mês de maio.
- Realização do **Fórum Internacional Tributário (FIT)**, em São Paulo, 4 a 6 de junho, com participação de presidentes.
- Lançamento do documento: **“A Reforma Tributária Necessária: Diagnósticos e Premissas”**, dia 4 de junho durante o FIT.
- Audiências públicas no Senado Federal e Câmara dos Deputados, no mês de junho.
- Apresentação ao Brasil, em agosto, de propostas de mudanças efetivas do sistema tributário nacional, que serão reunidas no documento **“A Reforma Tributária Necessária: Propostas para o Debate”**.



MENOS DESIGUALDADE.
MAIS BRASIL

Reforma Tributária Solidária

